



PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO DE 2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITINGA

Ibitinga, em 16 de Abril de 2019

Ofício nº 407/2020

Senhor Presidente

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação desta Câmara Municipal, da prestação de contas relativa ao exercício financeiro de 2019.

O presente relatório, que analisa os principais aspectos da gestão Prefeitura, vai acompanhado dos documentos conforme as Instruções de nº 2, de 2002.

Os resultados constantes dos documentos anexados com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para uma ampla visão da situação econômica financeira, a qual, de modo geral, reflete toda a ação político administrativo desta Prefeitura.

Para facilitar a análise, dividimos o relatório em itens específicos, onde são apresentados quadros comparativos e demais demonstrativos consignando os resultados alcançados.

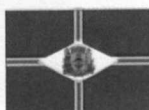
Assim sendo, passamos à análise do exercício financeiro de 2019, em seus aspectos orçamentário e financeiro.

Considerações Preliminares

O orçamento público municipal é o instrumento essencial na atuação do Poder Legislativo no direcionamento e fiscalização dos recursos públicos e no processo de formulação de políticas públicas e acompanhamento de sua implementação.

As Leis do Plano Plurianual (PPA) e das Diretrizes Orçamentárias (LDO) são instrumentos definidores dos parâmetros e diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O processo orçamentário municipal relativo ao exercício financeiro de 2019 foi disciplinado pelos mandamentos da Constituição Federal e pelas





disposições contidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; além destes, também foi disciplinado pelos seguintes dispositivos legais: Lei nº 4.537/17; Lei nº 4.688/18; Lei nº 4.767/18.

Plano Plurianual

A lei que institui o plano plurianual estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras dela decorrentes, assim como as relativas aos programas de duração continuada, de acordo com o que prevê o § 1º do art. 165 da Constituição Federal. O plano plurianual - período 2018/2021 - foi instituído pela Lei nº 4.537, de 22 de novembro de 2017.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual, e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Tem como finalidade principal compatibilizar a programação orçamentária anual com o planejamento de longo prazo definido pelo PPA.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (exercício de 2019), foi sancionada e promulgada sob o nº 4.688, de 27 de junho de 2018.

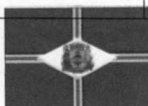
Lei Orçamentária Anual - LOA

A elaboração dessa lei deve orientar-se pelas disposições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias aprovada para o exercício e conformar-se com os objetivos e metas constantes do plano plurianual vigente no período.

A Lei Orçamentária Anual (exercício de 2019), foi sancionada e promulgada sob o nº 4.767, de 12 de dezembro de 2018.

Previsão da Receita e a Fixação da Despesa na Lei Orçamentária Anual

Discriminação	Previsão Anual 1	Prev. Até Quad. 3/3 2	Realizado Até o período 3	Índice Realiz (3/1)	Índice Realiz (3/2)
RECEITAS	152.920.984,00	152.920.984,00	163.422.741,47	106,87%	106,87%
Correntes	151.801.894,00	151.801.894,00	163.324.541,47	107,59%	107,59%
Capital					





	1.119.090,00	1.119.090,00	98.200,00	8,77%	8,77%
DESPESAS					
Empenhadas	152.920.984,00	172.466.247,54	154.688.952,21	101,16%	89,69%
Liquidadas	152.920.984,00	172.466.247,54	148.569.795,57	97,15%	86,14%
Pagas	152.920.984,00	172.466.247,54	143.856.533,83	94,07%	83,41%
CORRENTES					
Empenhadas	145.833.618,14	155.925.643,16	147.896.562,59	101,41%	94,85%
Liquidadas	145.833.618,14	155.925.643,16	144.130.446,06	98,83%	92,43%
Pagas	145.833.618,14	155.925.643,16	139.717.064,70	95,80%	89,60%
CAPITAL					
Empenhadas	5.787.365,86	16.540.604,38	6.792.389,62	117,36%	41,06%
Liquidadas	5.787.365,86	16.540.604,38	4.439.349,51	76,71%	26,84%
Pagas	5.787.365,86	16.540.604,38	4.139.469,13	71,53%	25,03%

Considerando todas as fontes de recursos, Receita total realizada neste quadrimestre, foi de R\$ 163.422.741,47 (cento e sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos) o que corresponde a 106,87% do total previsto para o mesmo período.

As Receitas Correntes decorrem basicamente dos recursos arrecadados pelo Município através de impostos, taxas, contribuições e serviços, e pelas transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados neste grupo R\$ 163.324.541,47 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), correspondente a 107,59%.

As Receitas de Capital decorrem de liberações da União e do Estado, através de convênios, bem como das Receitas de Alienação de Bens e Operações de Crédito. Foram arrecadados neste grupo R\$ 98.200,00 (noventa e oito mil e duzentos reais), correspondente a 8,77%.

A despesa empenhada neste exercício de 2019, totalizou R\$ 154.688.952,21 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos). Rediga-se que o valor mencionado refere-se às Despesas Empenhadas, e que, para efeito de desembolso consideram-se as Despesas efetivamente Liquidadas, que somaram um total de R\$ 148.569.795,57 (cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta





e sete centavos), as despesas efetivamente pagas que somaram um total de R\$ 143.856.533,83 (cento e quarenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos).

Conforme podemos constatar, o valor total da despesa liquidada é inferior em 9,80% ou R\$ 14.852.945,90 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), ao valor total arrecadado no período, o que demonstra de forma clara e inequívoca, a capacidade do município de honrar os compromissos assumidos.

Alterações do Orçamento

Para a obtenção dos recursos necessários à execução orçamentária isolado do exercício, foram abertos créditos adicionais e suplementares, conforme mostrado a seguir:

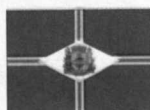
CRÉDITOS ADICIONAIS / SUPLEMENTARES	VALOR R\$
Suplementares	15.529.699,88
Especiais	17.419.198,74
Extraordinários	0,00
(=) TOTAL LÍQUIDO	32.948.898,62

Os recursos utilizados para a abertura de créditos Suplementares e Especial/Extraordinário, desses créditos foram os seguintes:

Superávit financeiro	11.198.039,84
Excesso de arrecadação	10.501.757,47

RESULTADO PRIMÁRIO

Discriminação	Prev. Até	Realizado	Índice
	Quad.3/3	Até o período	Realização
	1	2	(2/1)
(1) Receitas Fiscais	150.371.590,40	162.495.836,18	108,06%
(2) Despesas Fiscais	172.321.247,54	152.180.663,61	88,31%
(1-2) Result. Primário		10.315.172,57	





O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstrar-se o grau de autonomia do Município, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar seus pagamentos com Despesas Correntes e Despesas de Capital, e ainda, gerar poupança para atender o serviço da dívida. Nessa comparação, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem pelo lado das receitas, as financeiras, de operações de crédito e de alienação de bens, e do lado da despesa, o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

O Resultado Primário no período em exame foi de R\$ 10.315.172,57 (dez milhões, trezentos e quinze mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), efetivamente realizado. Verifica-se que o desempenho no exercício de 2019, apresentou um volume de recursos expressivo, de forma a honrar os compromissos com a dívida pública.

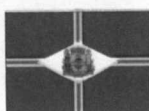
BALANÇO FINANCEIRO

A gestão financeira do exercício demonstra-se da seguinte forma:

Total da Receita orçamentária	R\$ 163.419.520,62
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 26.469.780,00
Extra-Orçamentária	R\$ 50.887.382,54
Disponível	R\$ 19.891.142,99

Das disponibilidades existentes, conforme acima, no montante de R\$ 19.891.142,99 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e um mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos), e detalhes no balancete de dezembro, serão destinadas ao pagamento dos compromissos a curto prazo, conforme espelha a Demonstração da Dívida Flutuante inclusa.

Total da Despesa orçamentária	R\$ 154.198.541,05
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 27.609.316,07
Extra-Orçamentária	R\$ 50.420.601,61
Disponível	R\$ 28.439.367,42





BALANÇO PATRIMONIAL

Este balanço foi elaborado em obediência às normas legais e, em caso especial, às estabelecidas na Lei 4.320/64, compreendendo Ativo e Passivo.

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõe esse balanço, devemos examinar o Anexo 14, que integra esta peça.

Ativo

Ativo Financeiro

Este grupo representa os créditos e valores cuja movimentação independe de autorização orçamentária, inclusive os valores numerários.

Disponível

Representa este subgrupo o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou de forma de depósitos em bancos, de livre movimentação, como, também, as contas especiais, as quais para serem movimentados obedecem a disposições legais, regulamentos ou contratos.

Aqui encontramos os saldos em Caixa R\$ 17.985.152,68

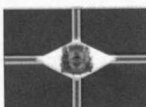
Este subgrupo representa o numerário depositado em estabelecimento de crédito, vinculado à realização de determinadas despesas por imposição de lei ou contrato.

Encontramos neste subgrupo o saldo de Bancos C/ Vinculados - R\$ 10.550.884,53.

Ativo Permanente

Encontramos, neste grupo, os saldos das contas concernentes a:

Bens Móveis	R\$ 81.948.976,88
Bens Imóveis	R\$ 19.386.817,30





Passivo

Passivo Financeiro

Este grupo representa os compromissos exigíveis a curto prazo de débitos da natureza financeira cuja movimentação independe de autorização orçamentária. Suas contas demonstram os seguintes saldos:

Restos a Pagar R\$ 9.552.090,66

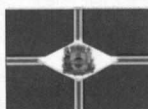
Passivo Permanente

Representa este grupo as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa tanto para formação ou constituição quanto para seu resgate.

EDUCAÇÃO - 25%

1 - Receitas de impostos e transferências	101.866.606,90		
2 - Aplicação mínima - Art. 212 da CF	25.466.651,73	25%	
2.1 - Total das Contas Retificadoras (Deduções)	15.846.658,71		
3 - Despesas manutenção Ensino	Empenhado	Liquidado	Pago
3.1 - Desp. Geral Realiz. Recursos 25%	12.163.983,84	11.961.345,09	11.030.034,43
3.2 - Desp. Realiz. Recursos FUNDEB	21.453.133,56	21.453.133,56	21.018.740,54
4 - Total Geral Despesa da Educação	33.617.117,40	33.414.478,65	32.048.774,97
4.1 - Parc. Emp. Ganho Liqu/PLUS	5.606.474,85	5.606.474,85	5.172.081,83
4.2 - Rendimentos 25%	706,57	706,57	706,57
5 - Total de Deduções	5.607.181,42	5.607.181,42	5.172.788,40
6 - Aplicação Final - Art. 212, caput da CF	28.009.935,98	27.807.297,23	26.875.986,57
7 - Percentual correspondente de aplicação	27,50%	27,30%	26,38%
8 - Aplicação Final	28.009.935,98	27.807.297,23	26.875.986,57
9 - Percentual correspondente de aplicação	27,50%	27,30%	26,38%

No encerramento do período, o total Empenhado apurado, representa um percentual de 27,50% correspondente a uma aplicação a maior de R\$ 2.543.284,25 (dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil,





duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), ressalta-se que o limite mínimo obrigatório, imposto pelo Caput do art. 212 da Constituição Federal é de 25,00%.

FUNDEB

1 - Recursos + aplicação financeira

21.453.133,56

2 - Aplicação mínima - 95%

20.380.476,89

95%

2.1 - Correspondentes percentual obrigatório

Mínimo 60%

Máximo 40%

12.871.880,14

8.581.253,42

3 - Despesas com Ed. Básica - FUNDEB

Empenhado

Liquidado

Pago

3.1 - Desp. magistério efetivo exercício

15.565.535,63

15.565.535,63

15.251.022,47

3.2.- Atendimento aplicação mínima obrigação 60%

72,56%

72,56%

71,09%

3.3 - Demais despesas (máximo 40%)

5.887.597,93

5.887.597,93

5.767.718,07

3.4 - Percentual correspondente

27,44%

27,44%

26,89%

4 - Gasto total FUNDEB (60% + 40%)

21.453.133,56

21.453.133,56

21.018.740,54

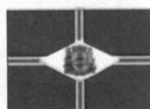
5 - Percentual correspondente

100,00%

100,00%

97,98%

O montante Empenhado, corresponde a 100,00%, sendo aplicado da seguinte forma: 72,56% com o Magistério e 27,44% com demais despesas.

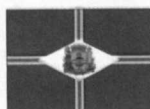




SAÚDE

	DEZEMBRO 2019
APLICAÇÃO 15%	
Receitas de Impostos	101.866.606,90
(=) Receita total considerada	15.279.991,04
Despesas Liquidada	32.236.898,56
(-) Receitas adicionais de saúde	11.378.279,49
Valor Final de Aplicação	20.858.619,07
Percentual Final de Aplicação	20,48%

O total liquidado apurado, representa um percentual satisfatório de 20,48% correspondente a uma aplicação de R\$ 20.858.619,07 (vinte milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e dezenove reais e sete centavos), para apuração do limite legal, devemos considerar o total das despesas liquidadas, assim temos que o Município superou o limite mínimo legal em 5,48%, que representa o montante de R\$ 5.578.628,03 (cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, seiscentos e vinte e oito reais e três centavos). Ressalta-se que o limite mínimo obrigatório, imposto pela Emenda Constitucional nº 29/2000 para a área da Saúde é de 15% o que representa R\$ 15.279.991,04 (quinze milhões, duzentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa e um reais e quatro centavos), assim o Município vem cumprindo o exigido por lei.





GASTO COM PESSOAL

	DEZEMBRO/2019
Receita Corrente Líquida	163.306.119,50
Despesas com Pessoal	74.690.213,82
Percentual Apurado	45,74%
Inclusões Terceirização	0,00
Despesas Pessoal Ajustada	74.690.213,82
Percentual Final	45,74%

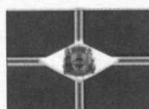
As despesas com pessoal Civil e Encargos Sociais totalizaram R\$ 74.690.213,82 (setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa mil, duzentos e treze reais e oitenta e dois centavos), no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019, representando 45,74% do total da Receita Corrente Líquida apurada no mesmo período, que foi de R\$ 163.306.119,50 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e seis mil, cento e dezenove reais e cinquenta centavos). Ressalta-se, que o limite prudencial estabelecido é de 51,30% e o máximo 54,00%.

RESTOS A PAGAR

Discriminação	Inscritos Exercícios Anteriores	Apurado em 2.018	Pagos até o Período	Cancelados período	Saldo a Liq / Pagar
Processados	40.231,79	4.420.288,02	4.416.184,06	39.091,79	5.243,96
Não Processados	3.649.224,71	7.773.167,87	5.126.921,92	1.605.863,54	4.689.607,12

Os Restos a Pagar compreendem as despesas empenhadas, liquidadas ou não e não pagas, tratando-se, portanto, de obrigações já contraídas, que necessitam de caixa para seu atendimento.

Os restos a Pagar apurados ao final do exercício de 2018 e inscritos em Exercícios Anteriores, totalizaram R\$ 15.882.912,39 (quinze





milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e doze reais e trinta e nove centavos).

Desse montante, até o encerramento do exercício de 2019 em exame, apuramos o pagamento na ordem R\$ 9.543.105,98 (nove milhões, quinhentos e quarenta e três mil, cento e cinco reais e noventa e oito centavos), cancelamento no período de R\$ 1.644.955,33 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos) e um saldo remanescente no montante de R\$ 4.694.851,08 (quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oito centavos).

Procuramos, no presente relatório, retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, pondo-nos à disposição dessa Câmara Municipal para quaisquer outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Apresenta a Vossa Excelência os protestos de nosso respeito e consideração.

Cristina Maria Kalil Arantes
Prefeita Municipal

Jean Gonçalves Pereira
Contador

